

28 AGO 1997

# Razões do Atraso

JORNAL DO BRASIL

O brasileiro americano Albert Fishlow, catedrático de economia da Universidade de Berkeley, fez uma palestra no Ministério da Fazenda sobre os desafios do Plano Real em seu quarto ano. Para a platéia de ex-alunos - entre os quais pontificavam o ministro Pedro Malan e o presidente do Banco Central, Gustavo Franco -, Fishlow defendeu a necessidade de enérgicas medidas fiscais para folgar as âncoras cambial e monetária, que garantem a estabilização com baixo crescimento.

Nada que não fosse do conhecimento da equipe econômica, inclusive sua apreciação de que o câmbio está sobrevalorizado - "não nos 50% atribuídos por meu colega Rudiger Dornbusch, mas algo entre 15% e 20%" -, com a ressalva de que "uma desvalorização do real, além de desnecessária, poderia ser prejudicial", especialmente por causa dos efeitos psicológicos sobre a credibilidade do plano.

Fishlow atuou como velho professor que repassou o dever de casa feito por ex-alunos. Aprovou os rumos do Plano Real, admitindo que "daria nota dez ao Pedro", mas apontou as medidas necessárias para a estabilização: trocar a âncora monetária, hoje com peso maior que o da âncora cambial na fase inicial, pela âncora fiscal, para permitir o crescimento mais veloz e auto-sustentado do país.

Em sua opinião, a aprovação das reformas do Estado pelo Congresso, em especial as reformas administrativa e previdenciária, poderia ter o efeito de transformar o setor público em gerador de poupança. Se o setor público - principalmente estados, municípios e Previdência Social - conseguir zerar os déficits atu-

ais, que correspondem a 4% a 5% do PIB, o Brasil elevaria a taxa de poupança de 20% para 25% do PIB.

Esse aumento de cinco pontos percentuais seria suficiente para acelerar a atual taxa média de crescimento da economia (4,5% sob o Real), permitindo encaminhar melhor a solução dos problemas sociais. Para isso, Fishlow insistiu ser "preciso inverter a antiga ordem, segundo a qual o setor privado poupava e o governo investia. Agora o governo precisa poupar e o setor privado investir".

A clareza da exposição do brasileiro, que considera esse o caminho mais adequado para o Brasil distribuir melhor sua renda (uma preocupação histórica compartilhada pelo professor e o ex-aluno Pedro Malan desde os anos 70), complementando os investimentos públicos na educação primária e secundária, deveria calar fundo no Congresso.

Fishlow aprovou os diagnósticos feitos sobre a economia e os problemas sociais do país, e prescreveu o tratamento adequado: a aprovação das reformas para acelerar o ajuste fiscal, com o auxílio da privatização. O Executivo está seguindo o receituário. Mas, se o Congresso colaborasse, desmontando com brevidade todos os anacronismos aprovados pelos constituintes de 88, os sacrifícios do ajuste fiscal e da estabilização seriam suavizados e vencidos rapidamente.

O brasileiro deveria agora estudar os motivos da resistência do Congresso em aprovar as medidas para tornar o Brasil melhor e mais saudável. Faz falta conhecer as razões do atraso.